

# Caso Zé Mayer: nosso #MeToo pioneiro, por Antonia Pellegrino e Manoela Miklos

*Em sociedade onde violência de gênero ainda é regra, caso é marco histórico*

[\(Folha de S.Paulo, 21/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em março de 2017, fizemos a quebra de silêncio da figurinista Su Tonani. O texto publicado no blog [#AgoraÉQueSãoElas](#), editado por nós —hospedado por essa mesma Folha— chamava-se “José Mayer me assediou”. A repercussão pautou nos veículos de imprensa brasileiros a discussão sobre assédio, meses antes do #MeToo derrubar poderosos em Hollywood, ensinando ao mundo que um novo tempo chegou. Depois de quase dois anos na geladeira, na última semana, [Zé Mayer foi demitido](#) e desligado da Rede Globo.

Muitas e muitos viram com naturalidade o fato da empresa querer se distanciar da imagem negativa que o Brasil hoje tem do ator. Afinal de contas, ele cometeu um crime, assediou uma profissional em seu local de trabalho e fez tudo o que podia para silenciar sua vítima. Algumas e alguns, contudo, seguem incapazes de compreender o que está em jogo.

Após a divulgação da demissão de Mayer, outro ator, Humberto Martins, ao ser questionado sobre o caso do colega em uma coletiva de imprensa, o defendeu: “José Mayer não merecia essa retaliação”. Tese semelhante foi enunciada pelo também ator Paulo Betti, quando disse, no passado, que Mayer estaria sofrendo “uma punição violenta demais”. Afinal, como falou à época da denúncia o ator Caio Blat: “Zé Mayer fez uma brincadeira fora de tom, e na presença de outras pessoas. Não houve intimidação”.

A atriz Betty Faria também saiu em defesa do colega e chamou Su de “piveta”. Ela inclusive criticou colegas de Hollywood que denunciaram casos de assédio, chamando de “tempestade em copo d’água”.

Reações assim, de solidariedade com o agressor e jamais com a agredida, são indícios de que muita gente ainda desconhece o poder da empatia na luta por igualdade. Cabe perguntar: será que estas pessoas, do alto de seus privilégios, sabem em que mundo vivemos?

O Banco Mundial publicou um estudo, em 2015, afirmando que um terço das mulheres do mundo são ou serão vítimas de violência. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, [uma mulher no Brasil é estuprada a cada 11 minutos](#). Em 70% dos casos de estupro, a vítima conhece seu algoz. O assédio não acontece no baile, na noite; ele não depende do tamanho da saia da vítima; de quantas doses ela bebeu. O assédio tem todas as cores, raças, ele é de direita e de esquerda. O assédio é regra, é norma.

Também na semana passada, a Human Rights Watch tornou público seu [relatório anual sobre violações de direitos humanos no mundo](#). A importante e prestigiada organização concluiu: a violência contra a mulher é uma pandemia global que afeta todos os grupos socioeconômicos de países ricos e pobres.

Quanto ao Brasil, de acordo com o relatório, o número de feminicídios aumentou vertiginosamente.

Ao defender Mayer, enxovalhar Su Tonani ou confundir justiça com retaliação, essas vozes relevantes aderem a um discurso perverso que faz da regra exceção.

Um discurso que não nos permite como sociedade olhar para a [violência contra a mulher](#) entendendo que temos um problema cultural a ser enfrentado —um conjunto de práticas que vão desde o fiu-fiu até o [feminicídio](#), e estão presentes em todos os espaços a todo tempo.

Em uma sociedade onde a violência de gênero ainda é regra, o caso Zé Mayer é um marco histórico na construção do novo normal antimachista que as feministas estão construindo.

O ator está sendo responsabilizado pela violência que cometeu. E aqueles que o defendem também precisam tomar consciência de sua responsabilidade ao repetir velhas cantilenas machistas e cooperar para a

manutenção de um cruel status quo.

*Antonia Pellegrino e Manoela Miklos*

*Antonia é escritora e roteirista. Manoela é assistente especial do Programa para a América Latina da Open Society Foundations. Feministas, editam o blog #AgoraÉQueSãoElas.*

---

## **#MachismoNãoÉBrincadeira, José!**

*Queremos aproveitar a crise como uma oportunidade de crescimento e questionar todos os Josés que, no dia a dia, praticam o machismo com a desculpa do humor*

Tonani é uma guerreira. Com a ajuda corajosa das curadoras do blog #AgoraÉQueSãoElas, ela enfrentou um homem famoso que, conforme depoimento da figurinista, ultrapassou os limites que ela delimitou durante meses. Com os holofotes apontados para si e as feministas pressionando por uma resposta, José Mayer se desculpou: “admito que minhas brincadeiras de cunho machista ultrapassaram os limites do respeito com que devo tratar minhas colegas”.

[\(AzMina, 06/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma das perguntas que a Su deixou coçando atrás de nossas orelhas no blog #AgoraQueSãoElas é: como podemos praticar violências com a desculpa da “brincadeira”? Nada do que aconteceu com a Su foi brincadeira. Aquilo foi violência e intimidação.

Mas nós queremos aproveitar esta crise como uma oportunidade de crescimento, nós queremos questionar todos os Josés que, no dia a dia, praticam o machismo com a desculpa do humor. Piada só existe se a gente ri

junto. Piada só existe quando não há desequilíbrio de forças entre quem ri e quem é alvo. E o mais importante: machismo não tem graça.

A publicitária gaúcha Paula Essig ajudou a Revista AzMina a promover essa discussão e a gritar nosso basta com a campanha #MachismoNãoÉBrincadeira, uma produção filantrópica feita fundamentalmente por mulheres. E sem retoques digitais nos corpos das modelos.

“Quando falamos de cultura do estupro, a gente não fala muito que as desculpas usadas pelas pessoas pra continuar alimentando esses hábitos são de que é ‘só brincadeira’”, afirma Paula. “Quero que as pessoas parem e se questionem. E mudem. Quero que a campanha tenha este tipo de impacto.”

Com esta campanha, vamos explicar para todos vocês - anônimos e famosos - que o que chamam de piada, para a lei, é crime de assédio sexual. Vamos promover conversas, criar personagens, desenvolver projetos que façam homens e mulheres entenderem de uma vez por todas que, na outra ponta do fio que amarra uma piada machista está o olho roxo de mais uma mulher.

E agora, Josés?

---

**“Quantas mulheres negras você conhece trabalhando com tecnologia e inovação?”: #PretaLab!**

Outro dia, assistindo ao Tedx da Rapper Preta Rara “Eu empregada

doméstica” fiz algumas reflexões sobre as possibilidades que nós mulheres negras e indígenas temos no mundo do trabalho. Assim como a Preta Rara, sou filha e neta de mulheres que trabalharam a vida inteira como empregadas domésticas e também contrariei as estatísticas quando não me tornei uma. Fiquei pensando em como é difícil sonhar ser algo que você nem imagina que é possível.

[\(Folha de S.Paulo/#AgoraÉqueSãoElas, 27/03/2017 - acesse em pdf\)](#)

Ter exemplos que inspiram e ampliam repertórios e as possibilidades é parte importante da nossa educação e influencia o lugar que aspiramos ocupar no mundo. Desde que, há um ano, comecei a trabalhar no Olabi, organização referência na promoção da descentralização do fazer tecnológico, venho percebendo como isso influenciou outras meninas e mulheres negras a me procurar e pensar que atividades ligadas a esse universo poderiam ser um caminho a seguir.

Realizamos nesse período uma série de encontros, atividades, levamos a discussão a outras organizações e agora resolvemos fazer um esforço concentrado para aumentar a quantidade de meninas e mulheres negras e indígenas no universo da inovação e tecnologia. A PretaLab, que nasceu oficialmente na última sexta-feira, dia 17 de março, é uma iniciativa que busca mostrar que estamos aqui, existimos e fazemos a diferença nos espaços em que ocupamos. Ela foi criada para dizer para outras meninas negras e indígenas que elas podem, sim, sonhar com outros futuros e não só aqueles que estão socialmente dados para nós.

Com o apoio da Fundação Ford, o objetivo da PretaLab é, além de gerar dados, dar visibilidade para meninas e mulheres que já estão inseridas nessa área, organizando uma rede de colaboração. Cabe lembrar que as tecnologias digitais desempenham um papel cada vez mais central no mundo contemporâneo. É a partir delas que decisões são tomadas e que o futuro está sendo moldado. Por isso, olhar para as tecnologias é essencial se queremos pensar a redução de desigualdades e a transformação social. Fala-se muito no possível impacto positivo da revolução digital e sua capacidade de resolver os grandes problemas sociais do mundo, mas o fato é que diversos estudos comprovam que a tecnologia tem sido um importante vetor

para a concentração de renda e das oportunidades.

Dos alunos que ingressam nos cursos relacionados à computação e tecnologia apenas 15,53% são mulheres, de acordo com o levantamento feito pelo Inep/MEC em 2013. E 41% das mulheres que trabalham com tecnologia acabam deixando a área, em comparação a 17% dos homens, segundo outro estudo sobre o tema, esse desenvolvido pela Harvard Business Review. Ficar à margem de processos que são centrais na sociedade diminui o nosso potencial de intervenção. Se o digital é cada vez mais a realidade, precisamos lutar para que as tecnologias sejam produzidas por todo o tipo de pessoa. Face a esses dados atuais, é urgente trazer esse protagonismo para as mulheres negras do Sul.

Arrisco dizer que a ausência de mulheres negras e indígenas nos espaços voltados para área de tecnologia e inovação está ligado diretamente a dois fatores: acesso e falta de referência. Acesso porque quase tudo relacionado a esse campo é caro, em inglês e são raras as políticas (públicas ou privadas) destinada ao nosso ingresso e permanência nesses espaços. A falta de referência é outro fator determinante: se ser uma mulher nas tecnologias já é um desafio, imagina para nós, negras. A ausência de referências positivas sobre mulheres negras e indígenas é uma questão social que perpassa não apenas o mundo das tecnologias, mas os mais variados campos profissionais e de poder.

Quase não existem dados sobre quantas são as mulheres negras nesse campo. 4% é a porcentagem de mulheres negras entre as fundadoras de startups de tecnologia nos Estados Unidos. No Brasil, segundo um levantamento do Grupo de Gênero da Escola Politécnica da USP (Poligen), em 120 anos a USP não formou nem dez mulheres negras. Ainda, na lista das pioneiras da ciências no Brasil, criada pelo CNPQ, nenhuma das mulheres citadas é negra. Democratizar o acesso às tecnologias é ampliar não apenas o consumo, mas a possibilidade de criar as aplicações e não podemos fazer essa discussão sem complexificar a questão de gênero mas também de raça.

As mulheres, no geral, merecem políticas e estímulos para que esse índice seja melhorado. Mas, resolvemos fazer um recorte de raça, para além desse de gênero, porque tenho acompanhado uma discussão crescente sobre a

necessidade de aumentar a presença feminina e senti falta desse olhar mais amplo. E não podemos deixar passar a oportunidade de democratizar, de fato, o acesso às ferramentas que podem nos permitir a criação de sociedades mais democráticas e justas. E, para isso, é fundamental a gente falar sobre as mulheres negras e indígenas.

Aliás, quantas mulheres negras você conhece trabalhando com tecnologia e inovação? Sabemos que somos poucas mas é importante saber a dimensão desse “pouco”. Inclusive porque sem dados é difícil orientar políticas. Por isso, a PretaLab nasce como um chamado para coletarmos histórias de outras mulheres que atuam nesse campo. Partimos de um mapeamento, com um formulário simples disponível no site [www.pretalab.com](http://www.pretalab.com)

Precisamos agora fazer com que esse formulário chegue a maior quantidade de pessoas possível. E falamos não apenas sobre as desenvolvedoras de software, as cientistas da computação, de dados e diversas engenharias, e sim sobre as produtoras de conteúdo, analistas de mídias sociais, ativistas do campo da internet, inventoras de garagem, artistas digitais, experimentadoras de linguagens e as muitas meninas e mulheres que de forma autodidata têm aprendido com a infinidade de tutoriais no Youtube sobre eletrônica, robótica, softwares e outras técnicas ligadas ao mundo da inovação e da tecnologia.

Se você acredita que essa chamada é para você ou conhece alguém nesse perfil, compartilhe este texto, use a #PretaLab e me ajude a realizar um antigo sonho:

ver mais mulheres negras ocupando espaços que, na maioria das vezes, não são destinados para nós.

*\*Silvana Bahia é Diretora de Programas do Olabi, pelo qual está à frente da PretaLab, iniciativa focada em estimular mulheres negras e indígenas nas tecnologias. Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF, foi facilitadora da Maratona RodAda Hacker - oficinas de empoderamento feminino em novas tecnologias.*

---

# ‘Precisamos falar do assédio’ expõe de modo cru o drama da violência sexual

*Filmado dentro de uma van-estúdio, documentário da diretora Paula Sacchetta apresenta 26 depoimentos de mulheres vítimas de algum tipo de violência sexual*

[\(Rede Brasil Atual, 29/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Entra em cartaz hoje (29), no Cine Belas Artes, na região central de São Paulo, o documentário *Precisamos falar do assédio*, da diretora Paula Sacchetta, que o define como “bruto, duro, cru”. São 26 depoimentos de mulheres contando casos de violência sexual sofrida, em grande parte, durante a infância ou adolescência.

A força dos depoimentos tem ainda mais vitalidade em função da estética adotada pela diretora. Com um fundo escuro, os depoimentos são colhidos com apenas uma câmera parada e a mulher, em close, contando sua história. O filme tem a particularidade de ter sido um projeto-rodante, com as falas sendo tomados dentro de uma van-estúdio, uma espécie de confessionário, que percorreu cinco endereços da cidade de São Paulo e quatro do Rio de Janeiro durante a semana da mulher, em março deste ano.

Ao todo, foram 140 mulheres, entre 14 e 85 anos de idade, vítimas de qualquer tipo de assédio, que decidiram expor sua história. Os depoimentos são puros, sem qualquer tipo de interlocução ou entrevista, e podiam ser feitos mostrando o rosto ou usando máscaras. “No primeiro dia na rua, as mulheres foram tímidas, tentando entender o que estava acontecendo. Isso mudou a partir do segundo dia, quando, após o projeto ter aparecido na mídia, começou a haver uma mobilização das mulheres para encontrar a van e dar seu depoimento”, diz Paula, também diretora do documentário *Verdade*



12.528, sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade.

“Falo das coisas mais tristes e feias do mundo, para tentar mudá-las”, afirma Paula. Ela explica que a ideia do filme surgiu após a grande repercussão nas redes sociais das campanhas #meuprimeiroassédio, #meuamigosecreto e #agoraéquesãoelas. Para a diretora, a partir do momento em que as mulheres se sentem parte de um problema maior, que envolve também milhares de outras mulheres, há mais coragem para falar sobre a violência sofrida.

“A gente naturaliza a violência e não olha para ela como deveria”, disse, ponderando que talvez muitas mulheres só lembrem do fato ocorrido após verem ou lerem outras comentando fatos semelhantes. “Aprendi o sentido mais profundo da palavra acolhimento”, disse, ao falar sobre o processo de produção do documentário. “Ouvir as histórias mais horríveis que eu podia ouvir, foi também muito bonito como um lugar de encontro.”

O filme tem sido comparado por críticos com documentários realizados pelo cineasta Eduardo Coutinho, morto em fevereiro de 2014. “Pra mim é uma honra escutar esse tipo de coisa, ele é um mestre do documentário”, afirma, dizendo-se satisfeita por fazer um filme sobre um tema tão difícil e que está sendo bem avaliado esteticamente.

Precisamos falar do assédio fica em cartaz até 5 de outubro, com sessão às 16h40. O Cine Belas Artes fica na Rua da Consolação, 2.423.

---

## Todas juntas, por Sonia Racy

**(O Estado de S. Paulo, 09/06/2016)** De olho nas mulheres vítimas de violência sexual, a rede Nossas Cidades, em parceria com o #Agoraéquesãoelas, lançou a mobilização *Mapa do Acolhimento* - uma plataforma online para conectar as vítimas aos atendimentos.

Só no primeiro dia de campanha a organização recebeu mais de 1.500 inscrições de terapeutas que toparam oferecer seus serviços gratuitamente.

**Acesse o PDF:** [Todas juntas, por Sonia Racy \(O Estado de S. Paulo, 09/06/2016\)](#)

---

## Fernanda Torres se desculpa por artigo sobre feminismo

**(Brasil 247, 25/02/2016)** Em artigo, atriz Fernanda Torres disse que “a vitimização do discurso feminista irrita mais do que o machismo” e depois se desculpou: ‘Entendi que existe uma discussão maior, que vai da cidadania ao direito ao próprio corpo, e, acima de tudo, uma luta pela erradicação da violência contra a mulher num país já tão violento, discussão essa que não comporta meios termos. Perdão por ter abordado o assunto a partir da minha experiência pessoal que, de certo, é de exceção’

A atriz Fernanda Torres se desculpou por artigo sobre feminismo, no qual diz que “a vitimização do discurso feminista irrita mais do que o machismo”. Leia abaixo seu ‘Mea culpa’ divulgado no Facebook da atriz:

**Leia aqui o texto que despertou a polêmica:** [Mulher, por Fernanda Torres \(Folha de S. Paulo, 22/02/2016\)](#)

### Mea Culpa

Venho aqui, pedir desculpas pelo artigo Mulher que publiquei no Blog Agora É Que São Elas, da Folha. Jamais pensei que ele seria uma afronta tão profunda a nós mulheres. Não o teria escrito se achasse que era esse o caso.

As críticas procedem, quando dizem que eu escrevi do ponto de vista de uma mulher branca de classe média. É o que sou.

Minha mãe sempre trabalhou, teve um casamento que nunca cerceou o seu

direito profissional, eu cresci num ambiente de extrema liberdade, conquistada, diga-se, com a ajuda de movimentos feministas anteriores a mim. Era uma época de um machismo muito arraigado, do qual guardo heranças, mas que, lamentavelmente, ainda à época não estava identificado de forma direta com o estupro e a violência.

Entendi com as respostas ao meu artigo que, hoje, os movimentos feministas lutam para que essa associação seja clara. Inclusive no que se refere ao direito de ir e vir sem assédio.

Esperava-se de uma voz feminina que tem um espaço para se posicionar, uma opinião menos alienada e classista diante da luta pelo fim de tanta desigualdade e sofrimento que as mulheres enfrentaram e enfrentam pelos séculos.

Refleti durante toda semana e o que me cabe são profundas desculpas. Procurarei estar atenta e comprometida com essas reivindicações.

Entendi que existe uma discussão maior, que vai da cidadania ao direito ao próprio corpo, e, acima de tudo, uma luta pela erradicação da violência contra a mulher num país já tão violento, discussão essa que não comporta meios termos.

Sou contra o estupro, a violência, o baixo salário, o racismo, e reafirmo a importância dos movimentos que lutam pela melhoria das condições de vida da mulher e das minorias no Brasil.

Sou mulher e não gostaria de ser vista como inimiga desses movimentos, e nem de vê-los como tal, porque isso não corresponde à realidade do meu sentir.

Toda vontade de mudança parte do indivíduo, é o que estou fazendo aqui. Sem a coletividade é impossível avançar.

Prometo estar atenta. Perdão por ter abordado o assunto a partir da minha experiência pessoal que, de certo, é de exceção.

Mea culpa.

Fernanda Torres

**Acesse no site de origem:** [Fernanda Torres se desculpa por artigo sobre feminismo \(Brasil 247, 25/02/2016\)](#)

---

# ‘É importante não permitir que direitos conquistados retrocedam’

**(O Globo, 08/11/2015)** *Mulheres falam sobre as questões que suscitaram o projeto #AgoraÉQueSãoElas*

Elas ditaram o tom das últimas semanas. Mulheres falaram do primeiro assédio, fizeram manifestações contra o Projeto de Lei 5.069 e provocaram o debate na sociedade. Nesta entrevista, a escritora e roteirista Antonia Pellegrino, a doutora em Relações Internacionais Manoela Miklos e a economista Alessandra Orofino, diretora executiva da Rede Nossas Cidades, falam sobre a participação na ação #AgoraÉQueSãoElas, iniciada por Manoela.

## **Leia mais:**

[Pelo fim da violência contra a mulher e desigualdade de gênero, por João Biazzo \(O Estado de S. Paulo, 08/11/2015\)](#)

[Feminismo de guerra, por Adriana Carranca \(O Globo, 07/11/2015\)](#)

**Qual foi o contexto que fez com que surgisse a ideia para o #AgoraÉQueSãoElas?**

**Manoela:** Do ato de mulheres contra Cunha, na Cinelândia, na semana passada, o que ficou pra mim foi o som: milhares de mulheres. Mais potente que eu já ouvi. Da onda de relatos do #primeiroassedio, também. Vozes

femininas caladas se pronunciando, contando segredos. No fim de semana, me incomodei com como as narrativas, em todos os meios, sobre esses momentos de vozes femininas se elevando: eram masculinas. Homens contando o que viram, ouviram, leram. E falando sobre a necessidade de ouvir. Mas falando. E eu fiz uma provocação no Facebook: “E se os homens com espaço de fala garantido se calassem nesse momento? Se de fato ouvissem em vez de falar sobre ouvir? Cadê essas vozes que eu ouvi na rua, que estavam nas redes?”

### **Vamos falar sobre algumas pautas defendidas pelo movimento... Por que a luta contra o PL 5.069 é um dos principais bastiões?**

**Antonia:** O PL do deputado Eduardo Cunha, do PMDB, representa mais um cerceamento aos direitos da mulher. É um projeto de lei que agride o princípio de inocência. O que o motiva é a suposição de que há mulheres inventando estupros para usufruir do procedimento abortivo no SUS. Ao obrigar a mulher a ir à delegacia fazer boletim de ocorrência e exame de corpo de delito antes de receber atendimento médico, o projeto legaliza a omissão de socorro e criminaliza o profissional de saúde. Um projeto escrito por um homem, que não tem a menor ideia do horror de um assédio, um estupro, um aborto.

### **Qual a importância da hashtag #primeiroassedio para este momento?**

**Manoela:** Estamos num momento muito delicado. A agenda dos direitos da mulher não tinha a centralidade que devia ter no debate público. Uma onda conservadora trouxe a agenda para o centro das atenções com um movimento perverso: a aprovação pela CCJ do PL 5.069. Aí fomos pra rua. Isso tudo em meio a uma reação belíssima ao episódio terrível do “Masterchef”: a criação por parte das meninas geniais do Think Olga do #primeiroassedio e os tantos relatos que foram compartilhados, os silêncios quebrados. O #primeiroassedio foi um momento catártico, que abriu um diálogo muitas vezes interdito, inclusive entre mulheres, e mostrou de forma muito pública o tamanho do problema, o tamanho dos não-ditos. O #AgoraÉQueSãoElas só pôde existir por causa desse momento, e de alguma forma pretendeu levar uma reflexão do nível pessoal para o público. Da catarse à demanda articulada por direitos.

## **Quais são os próximos passos?**

**Manoela:** Esperamos que a semana tenha deixado ainda mais evidente como os espaços garantidos de fala são desigualmente distribuídos entre os gêneros. Como sempre, essa desigualdade se soma a outras: são poucas mulheres. Quase nenhuma negra. Certamente nenhuma de comunidades vulneráveis. Isso perpetua desigualdades. A desigualdade de gênero é causa e consequência da falta de espaços de fala para vozes femininas. O #AgoraÉQueSãoElas foi um movimento instituinte, agora a paridade nos veículos precisa ser instituída. Uma vez, um professor me disse: “O que é dado pode ser tomado de volta; o que é conquistado, não”. Ele tem razão. Queremos que mais mulheres conquistem de fato espaço de fala. Esse é um mínimo passo para reduzir a desigualdade de gênero. Mas um passo possível, necessário e urgente.

**Hoje, muitas mulheres têm poder econômico, intelectual, mas na política elas ainda são caladas e têm suas questões pouco representadas. Qual o caminho para combater isso?**

**Alessandra:** Existem alguns caminhos possíveis. O primeiro, e urgente, é que as mulheres continuem se organizando para pressionar representantes e participar da vida política do país. Dentro das instituições formais de governo, também é importante garantir uma real presença feminina. Hoje, poucos partidos respeitam a cota de 30% das candidaturas preenchidas por mulheres. Os que o fazem muitas vezes têm candidaturas de fachada, sem apoio do partido. Prova disso é que os partidos investem muito pouco nessas candidatas. Em 2010 as mulheres receberam apenas 8% dos mais de R\$ 100 milhões distribuídos pelos diretórios nacionais, embora representassem quase 20% das candidaturas. A consequência mais visível dessa discriminação é a falta de mulheres no Congresso, onde a bancada feminina é composta por menos de 10% dos parlamentares. Uma forma de corrigir essa discrepância seria impor cotas femininas para os assentos efetivamente ocupados no Congresso, e não apenas no nível das candidaturas. Mas, infelizmente, a proposta da criação de uma cota de 15% dos assentos para mulheres foi rejeitada quando da chamada minirreforma política.

**O tema da redação do Enem 2015 foi “A persistência da violência**

**contra a mulher na sociedade brasileira”. Vocês consideram isso uma vitória?**

**Alessandra:** A escolha do tema da redação do Enem foi excelente, foi necessária. É absolutamente lindo imaginar milhões de jovens brasileiros refletindo ao mesmo tempo sobre um tema que nunca recebe a atenção merecida. Mas só terá sido uma vitória se deixar consequências indeléveis. Esperamos que seja o início de um movimento maior, que passe pela inclusão definitiva da discussão de gênero nos currículos escolares e de avanços significativos nos direitos das mulheres. E, claro, que contribua para tornar a violência contra a mulher inaceitável de fato — que um secretário de governo e pré-candidato a uma prefeitura, por exemplo, não possa jamais vir a público retratar um espancamento como um acontecimento natural, cotidiano, como vimos no Rio.

**E os direitos maternos?**

**Antonia:** Esta semana tivemos uma vitória, que foi a aprovação em primeiro turno de votação do projeto de lei apresentado pelo PSOL, na Alerj, que proíbe que detentas entrem em trabalho de parto algemadas. Uma prática comum nas penitenciárias brasileiras, e que só não é mais conhecida porque as vítimas, além de mulheres, são em sua maioria negras e pobres. É bárbaro. Esta vitória dá a medida do quanto ainda precisamos avançar e de como é importante não permitir que direitos conquistados retrocedam.

**Vivemos na era dos nudes, das redes sociais, da pornografia de vingança. A proteção aos direitos da mulher na era da informação precisa ser redobrada? Manoela:** Ser mulher é perigoso. On-line e off-line.

Os perigos são distintos na rede e nas ruas, mas no limite somos seres menos livres que os homens nas ruas e nas redes. Com novas tecnologias, cria-se um novo espaço de violação de direitos, mas também novas armas para combatê-las.

**A semana #AgoraÉQueSãoElas está chegando ao fim. Vocês acham que a iniciativa foi eficiente para colocar as questões femininas em pauta?**

**Manoela:** A provocação inicial era para que os homens se calassem. E ouvissem. O que houve foi uma invasão. Uma enxurrada. Uma tromba-d'água invadiu as estruturas. Textos caudalosos foram publicados. Mulheres falando de assédio, estupro e aborto. E debatendo as muitas maneiras de transformar essa realidade.

*Marina Cohen*

**Acesse o PDF:** ['É importante não permitir que direitos conquistados retrocedam' \(O Globo, 08/11/2015\)](#)

---

# Agora É Que São Elas, por Symmy Larrat

**(Folha de S. Paulo, 05/11/2015)** Como parte da campanha #AgoraÉQueSãoElas, optei por ceder este espaço a vozes femininas muito menos ouvidas do que a minha. Para representá-las, convidei a travesti, feminista e ativista de direitos humanos Symmy Larrat, 37, coordenadora de Promoção dos Direitos de LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

\*

“Não há, em nenhum país, dados censitários sobre a população de mulheres lésbicas e trans (aqui me refiro a transexuais e travestis). No Brasil, o censo do IBGE não indaga nem sobre identidade de gênero nem sobre orientação sexual. Apenas em caso de relação homoafetiva, que registrou 60.002 casais do mesmo sexo coabitando no país -número que indica forte subnotificação.

**Leia mais:** [Quando é que uma mulher comandará a ONU? \(O Estado de S. Paulo, 04/11/2015\)](#)

A prática de ignorar o nome social de trans é recorrente nos órgãos públicos



e privados -em que pese a existência de portarias e normativas que estabelecem o respeito ao nome social em diferentes esferas, os governos ainda recebem denúncias do não uso desse serviço.

Também são crescentes as denúncias de práticas de estupro corretivo contra lésbicas, uma prática criminosa em que homens estupram mulheres lésbicas como forma de supostamente curá-las de sua orientação sexual.

Por outro lado, é inegável o pioneirismo do país em políticas de promoção de direitos -como a inclusão do processo transexualizador no SUS e as jurisprudências avançadas no que diz respeito à retificação de registro.

No que tange ao enfrentamento à violência, o Disque Direitos Humanos recebe denúncias específicas de violações contra a população LGBT. Em 2014, foram registradas 1.013 denúncias. Cerca de 20% desse total é de mulheres trans, e apenas 9,30% são mulheres lésbicas.

O incômodo das famílias em conviver com uma adolescente trans é imenso. Muitas famílias não aceitam o fato de alguém nascer com um sexo e se identificar com o gênero e/ou sexo oposto ao designado no nascimento. Daí a expulsão dessa pessoa do convívio familiar ou sua manutenção a partir de um processo de tortura e negação da sua identidade de gênero. Resultado: rua/prostituição, afastamento da escola e, assim, do mercado formal de trabalho.

Um pouco diferente, mas não tão cruel, ocorre com mulheres lésbicas, que, como são entendidas pela maioria como “mulheres de verdade”, são mantidas na família para exercer seu “papel de mulher: o de procriar. É comum vermos mulheres que se assumiram lésbicas após terem filhos numa relação heteronormativa. O patriarcado torna invisíveis essas mulheres, cujas especificidades são ignoradas na escola, na saúde e no mercado de trabalho.

Boas iniciativas para mudar essa realidade partiram do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT, que em 2015 aprovou as seguintes resoluções:

- 1) Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014, que estabelece parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e

“nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil; e

2) Resolução nº 13, de 16 de janeiro de 2015, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas trans –e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais– nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.”

**Acesse o PDF:** [Agora É Que São Elas, por Symmy Larrat \(Folha de S. Paulo, 05/11/2015\)](#)

---

## **“Fui abusada, oprimida, ofendida e espancada ao longo da minha infância”, relata Maria Adelaide Amaral**

*(UOL, 05/11/2015) Em apoio à iniciativa #AgoraÉQueSãoElas, ofereci o espaço do blog a Maria Adelaide Amaral, autora de teatro e de novelas e minisséries, para ela falar da sua experiência a respeito do abuso contra mulheres.*

Fui abusada, oprimida, ofendida e espancada ao longo da minha infância por pai, mãe e irmãos por ser desbocada e preferir brincar com meninos. Por que eu não era como as outras meninas?

Se, em Portugal, nos anos 40 a diferença era severamente punida, no Brasil dos anos 50 a repressão social e doméstica se repetiu. Na adolescência, fui alvo do assédio de amigos e clientes do meu pai, que me diziam obscenidades

e tentavam me bolinar (muitas vezes conseguiam). E não podia sequer me queixar aos meus pais, porque a culpa naturalmente era minha.

Já era comum nessa época homens se esfregarem nas moças no transporte público. Como era comum o exibicionismo nos cinemas. Subitamente, na cadeira ao lado, um homem “se descompunha”, eufemismo da época para quem exibia publicamente o sexo.

Apesar da revolução feminista, parece que pouca coisa mudou desde então. É só ouvir os relatos das mulheres que se espremem todos os dias nos ônibus, trens ou vagões de metrô para chegar ao trabalho.

***Acesse no site de origem: [“Fui abusada, oprimida, ofendida e espancada ao longo da minha infância”, relata Maria Adelaide Amaral \(UOL, 05/11/2015\)](#)***

---

## **Mulheres ocupam espaço na imprensa e relatam cenário de violência**

***(Globo News, 04/11/2015)*** Colunistas homens cedem espaço para mulheres relatarem violência de gênero. Campanha #AgoraÉQueSãoElas foi criada por Manoela Miklos.

A campanha #AgoraÉQueSãoElas, criada por Manoela Miklos, propõe que mulheres ocupem as colunas de homens na imprensa por uma semana. O objetivo é permitir que mulheres escrevam sobre a violência contra pessoas do sexo feminino e outros assuntos de seu interesse.

***Leia mais:***

***[#AgoraÉQueSãoElas, por Zélia Duncan \(O Globo, 06/11/2015\)](#)***

***[Agora É Que São Elas, por Symmy Larrat \(Folha de S. Paulo, 05/11/2015\)](#)***

[Para Vanessa Grazziotin, debate sobre violência contra as mulheres pode abrir oportunidades \(Senado Notícias, 03/11/2015\)](#)

[Cultura do abuso: a persistência da violência \(Zero Hora - 30/10/2015\)](#)

A campanha foi criada como uma resposta a propostas de lei que pretendem diminuir as liberdades das mulheres. Colunistas como Gregório Duvivier e Ronaldo Lemos já cederam espaço.

Clique na imagem e assista ao vídeo da matéria:



***Acesse no site de origem: [Imprensa cede espaço para as mulheres relatarem casos de violência \(Globo News, 04/11/2015\)](#)***